

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck
Ana Paula Lima

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Registra a presença dos agentes penitenciários e socioeducativos, na sessão da Casa Legislativa, para acompanhar a votação referente à medida provisória que trata da prorrogação para 24 meses da admissão de contrato temporário, e ratifica o seu apoio à matéria.

Faz um relato sobre a audiência realizada, na presente data, das comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Agricultura e Política Rural, com o secretário Eduardo Deschamps, sobre a realidade

dos Cedups, inclusive dos agrícolas, com a seguinte pauta: concurso público; salas de informáticas; segundo professor habilitado; ensino noturno; gratificação de 12% por professor unidocente e educação especial, e parecer do Tribunal de Contas das contas de 2016.

Salienta a importância do assunto, reforçando o papel da Casa Legislativa de fiscalizar os problemas do dia a dia da educação.

Espera que o anúncio a ser feito pelo governador sobre o tema, no final do mês de julho, seja positivo, uma vez que a educação merece boas notícias. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Cumprimenta os agentes socioeducativos e prisionais que estão na Casa para acompanhar a votação da medida provisória que diz respeito à categoria. Também parabeniza a deputada Luciane Carminatti pelo sucesso da reunião conjunta das comissões de Educação e Agricultura, que contou com a presença do secretário Eduardo Deschamps.

Como representante da comissão de Agricultura, sente-se honrado em noticiar que o governador Raimundo Colombo está aprovando a redução da alíquota do ICMS de 12% para 6%, para suínos vivos vendidos fora do estado catarinense,

Relata que foi uma luta da Frente Parlamentar e da comissão de Agricultura, dos setores do agronegócio, que sensibilizou o governo para tal pleito, que não significa uma redução de imposto, mas uma equiparação com o imposto cobrado pelo estado do Rio Grande do Sul. Destaca que a continuidade do atual índice de 12% tornaria o estado menos competitivo em relação aos demais, e que tal atitude do governador vai manter viva a cadeia produtiva, trazendo um retorno futuro aos cofres do estado.

Deputado José Nei Ascari (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo pronunciamento e pela luta no sentido de deferir este pleito e atender os anseios desse segmento tão importante para o estado. Também cumprimenta o governador do estado

que foi sensível à reivindicação dos produtores catarinenses.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Cumprimenta o deputado, ressaltando a importância da conquista, que é um incentivo à classe produtora.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado, solicitando à comissão de Agricultura que tenha um olhar especial aos produtores de alho, que vivem a mesma situação de redução do ICMS em outros estados, o que não está acontecendo aqui. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Relata que acompanhou um grupo de lideranças dos três estados do sul do país a Brasília em audiência no Ministério do Desenvolvimento Social, para um amplo debate sobre a proibição da venda no Programa de Aquisição de Alimentos e da compra institucional no país de determinados produtos industrializados que têm valor agregados e são produzidos pela agricultura familiar.

Comenta outra audiência que ocorreu na Casa Civil para discutir a criação de um crédito especial para os agricultores catarinenses que tiveram prejuízos com as chuvas intensas no estado e a retomada do Programa de Habitação Rural, que já existia no país à época do governo de Lula e de Dilma Rousseff. Ressalta que o programa traz mais qualidade de vida aos agricultores familiares, garantindo a permanência dos jovens no campo.

Também discute a questão das agroindústrias familiares de Santa Catarina que pagam muito caro pela licença ambiental da Fatma, entendendo que é necessária uma mudança urgente na legislação para que se criem mecanismos que diminuam os referidos custos para a agricultura familiar e a pequena agroindústria familiar. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Fala sobre as incertezas, a total desordem administrativa no país, considerando um governo amplamente rejeitado, e com projetos que impossibilitam e freiam qualquer possibilidade de mudanças para o Brasil sair da crise política e econômica, criticando o mandato do atual presidente, e citando que a Procuradoria Geral da República coleciona farto material, provas e gravações contra Michel Temer, que tomou para si o planalto e o Congresso Nacional, e que o Brasil está agonizando após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

Informa que sexta-feira, dia 30 de junho, haverá greve geral dos trabalhadores brasileiros, que irão novamente às ruas para demonstrarem o seu descontentamento, protestarem contra as reformas trabalhista e previdenciária, e também lutarem pelas "Diretas Já".

Finaliza afirmando que o seu partido vai continuar lutando pelo desenvolvimento e pelas leis de proteção aos trabalhadores brasileiros.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Cumprimenta os agentes penitenciários presentes nas galerias da Casa para apreciar o MP que está na pauta de hoje, a qual os afetará, bem como outros servidores estaduais.

Discorre sobre os atos crescentes de violência que assolam Florianópolis, reportando-se à coluna do jornalista Diogo Vargas, na data anterior, que cita um assassinato ocorrido em plena luz do dia no Mercado Público, ligado à questão de guerra entre facções criminosas e traficantes de drogas. Registra que, na presente data, o número de assassinatos no município, em 2017, chega a 99 e que, segundo estudos da Segurança Pública, até o final do ano, há a previsão de que ocorram mais 50. Expressa o desejo de que isso não aconteça e questiona a Segurança Pública e o governador do estado sobre quais respostas serão dadas à sociedade catarinense. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Reitera o pronunciamento do deputado João Amin em relação ao aumento de homicídios ocorridos no primeiro semestre em Florianópolis, acrescentando a ocorrência também no sul do estado. Salieta a necessidade urgente das autoridades com ações corretivas para reduzir o número de assassinatos em Santa Catarina, embora reconheça a atuação importante da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil, atendendo os anseios da sociedade na redução da criminalidade.
[Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Cumprimenta os agentes socioeducativos e prisionais que estão acompanhando a sessão e a votação da medida provisória que diz respeito à categoria.

Também fala do Projeto de Lei n. 17.053, aprovado pela Casa em dezembro de 2016, que trata dos efeitos das operações e doações efetuadas por contribuintes de Icms ao Fundo Social, com destaque para as doações efetuadas pela Celesc e que foram contestadas pelo Tribunal de Contas. Destaca que o projeto busca a regularização dessa situação. Explica que, através da lei, o governo se compromete a repassar parte do imposto devido aos Poderes: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa.

Menciona que, na época da tramitação do projeto, fez uma emenda na comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovada e incorporada ao projeto, que trata da devolução da parcela dos municípios, que receberão a parte do dinheiro que lhes compete em até 36 meses, garantindo também que a Udesc receba a parcela que lhe é de direito, no mesmo prazo. Ressalta que essa transferência - dos recursos da arrecadação do ICMS que as doações do Fundo Social tiraram dos municípios -, é dinheiro com o qual os prefeitos

poderão fazer um planejamento e transformar em obras para a população.

Comenta sobre a audiência pública da comissão de Educação, realizada na presente data, com a presença do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, considerando-a muito produtiva, pois na oportunidade, entre as demais pautas, também discutiu-se a situação dos Cedups. Considera que os encaminhamentos foram da maior importância, inclusive no sentido da modernização de equipamentos para acompanhar o que acontece na agroindústria. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Reporta-se a correspondência que a Assembleia, em nome dos 40 deputados, encaminhará aos senadores da República em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016, que altera a Lei Complementar n. 105, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDS para que possamos ter informações sobre tais recursos.

Manifesta apoio ao secretário estadual da Saúde, dr. Vicente Caropreso, que anuncia, para o terceiro trimestre, um grande mutirão de cirurgias eletivas no estado de Santa Catarina, parabenizando-o pela conquista dos recursos necessários ao referido programa. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início a Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que as comissões de Educação, Cultura e Desporto, e a de Direitos Humanos, apresentaram parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0038/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, outrossim, que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0383/2016, 0700/2016 e 0726/2016, todos de entidade social.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0148/2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDS, com o Banco do Brasil S/A, ou com ambos até o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para transferência ao Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, FUNDAM, e para atendimento a projetos estratégicos para o desenvolvimento do estado.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

O sr. presidente, deputado Silvio Dreveck, acatou a manifestação do sr. deputado Cleiton Salvaro, que retificou seu voto, fora do sistema eletrônico de votação, sendo favorável ao projeto. Sendo assim, totaliza-se 26 votos sim.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Emenda Constitucional n. 0005/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider e outro(s), que modifica o inciso I do art. 52 da Constituição do Estado de Santa Catarina e acrescenta os §§ 9º, 10º, 11º e 12º no art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária específica. Tramitação conjunta com a PEC n. 0003/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes e outro (s).

Ao presente projeto foram apresentadas subemendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Darci de Matos, Gelson Merisio e Mauro de Nadal.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim

DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim", dois votos "não" e nenhuma abstenção.

Aprovada a matéria em segundo turno.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2016, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que Regulamenta o art. 120-B da Constituição do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. (REGIME DE PRIORIDADE - RQS/0480.7/2017)

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça e Cidadania; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Dóia Guglielmi, Marcos Vieira, Valdir Cobalchini e Gelson Merisio.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADO ALTAIR SILVA não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO não
DEPUTADO DALMO CLARO não
DEPUTADO DARCI DE MATOS não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO não
DEPUTADO GELSON MERISIO não

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado em primeiro turno. [Coordenadora Carla]

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00210/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o art. 8º da Lei Complementar n. 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, e o art. 19 da Lei Complementar n. 323, de 2006, que estabelece

estrutura de carreira, reestrutura o sistema de renumeração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da secretaria de estado da Saúde e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Primeiramente vamos deliberar os requerimentos em destaque.

Votação em turno único do Requerimento n. 01/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti e outro(s), que solicita a votação em separado da emenda modificativa de fls. 99 da Medida Provisória n. 00210/2017, que altera o art. 8º da Lei Complementar n. 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, e o art. 19 da Lei Complementar n. 323, de 2006, que estabelece estrutura de carreira, reestrutura o sistema de renumeração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da secretaria de estado da Saúde e estabelece outras providências.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Luciane Carminatti, Fernando Coruja, Dirceu Dresch e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim", 14 votos "não" e nenhuma abstenção.

O sr. presidente, deputado Silvio Dreveck, manifestou seu voto de desempate, fora do sistema eletrônico de votação, sendo contrário à emenda. Sendo assim, totaliza-se 14 votos "sim" e 15 votos "não".

Está rejeitada a matéria.

Votação em turno único do Requerimento n. 02/2017, de autoria do deputado Fernando Coruja e outro(s), que solicita a votação em separado da

emenda aditiva de fls. n.s: 103 e 104 da Medida Provisória n. 00210/2017, que altera o art. 8º da Lei Complementar n. 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, e o art. 19 da Lei Complementar n. 323, de 2006, que estabelece estrutura de carreira, reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da secretaria de estado da Saúde e estabelece outras providências.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Antônio Aguiar e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim", 13 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria. *[Taquiografa: Silvia]*

Votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória, n. 00210/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o art. 8º da Lei Complementar n. 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, e o art. 19 da Lei nº 323, de 2006, que estabelece Estrutura de Carreira, reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emendas modificativas e aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Continua em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Mauro de Nadal, Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Milton Hobus, Mário Marcondes, Cesar Valduga, Altair Silva, Darci de Matos, Maurício Eskudlark, Manoel Mota e Gabriel Ribeiro.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	

DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

O sr. presidente, deputado Silvio Dreveck, acatou as manifestações dos senhores deputados Manoel Mota e Marcos Vieira, bem como da senhora deputada Ana Paula Lima, votando fora do sistema eletrônico de votação, todos favoráveis ao projeto. Sendo assim, totaliza-se 30 votos "sim".

A matéria está aprovada.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 17h31, dando continuidade à Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Elzamar]